

ABDI

XXV Seminário INTERNACIONAL

7 e 8 de NOVEMBRO de 2011

Local: Centro Brasileiro Britânico

O SeAC

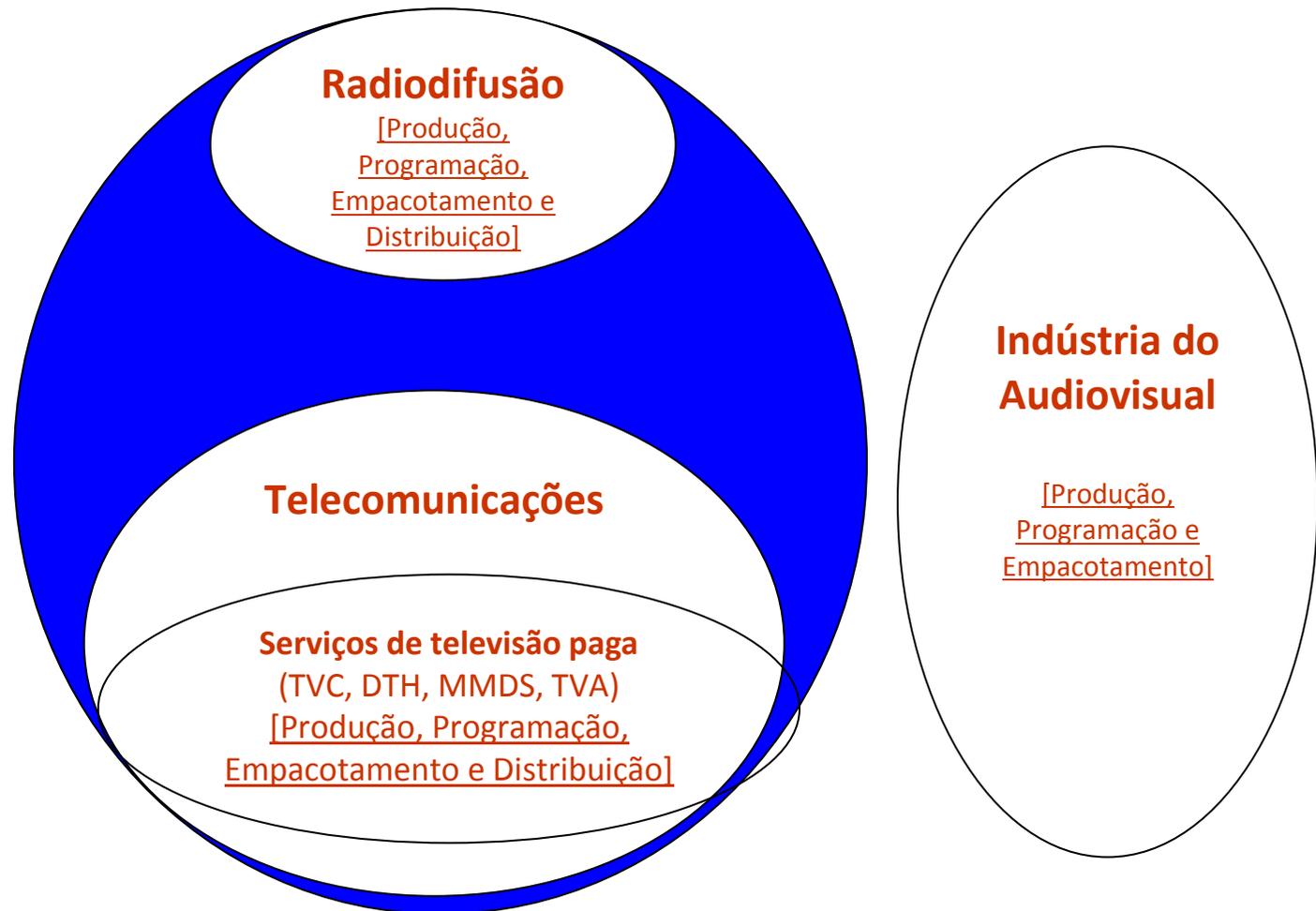
A nova TV por Assinatura

2011

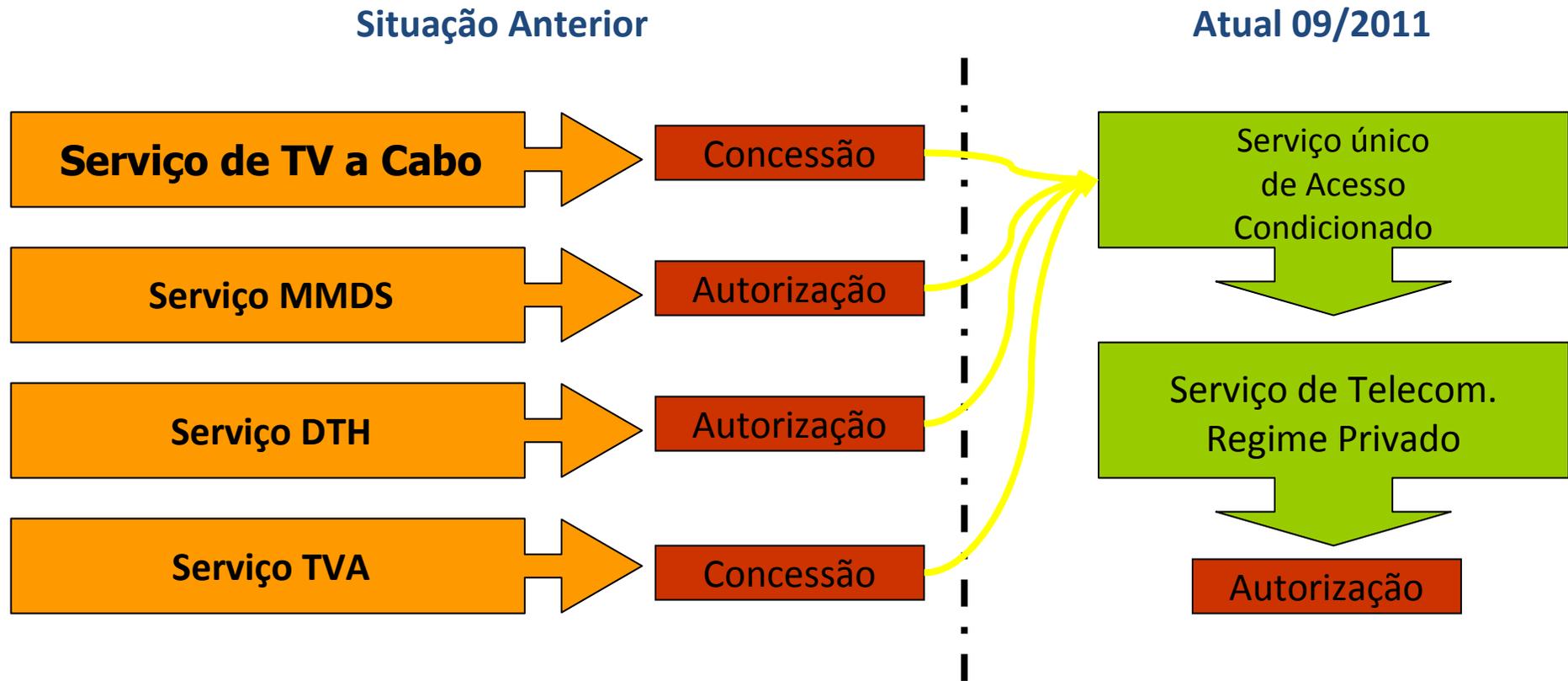
Marcos Alberto Sant Anna Bitelli

WWW.BITELLI.COM.BR

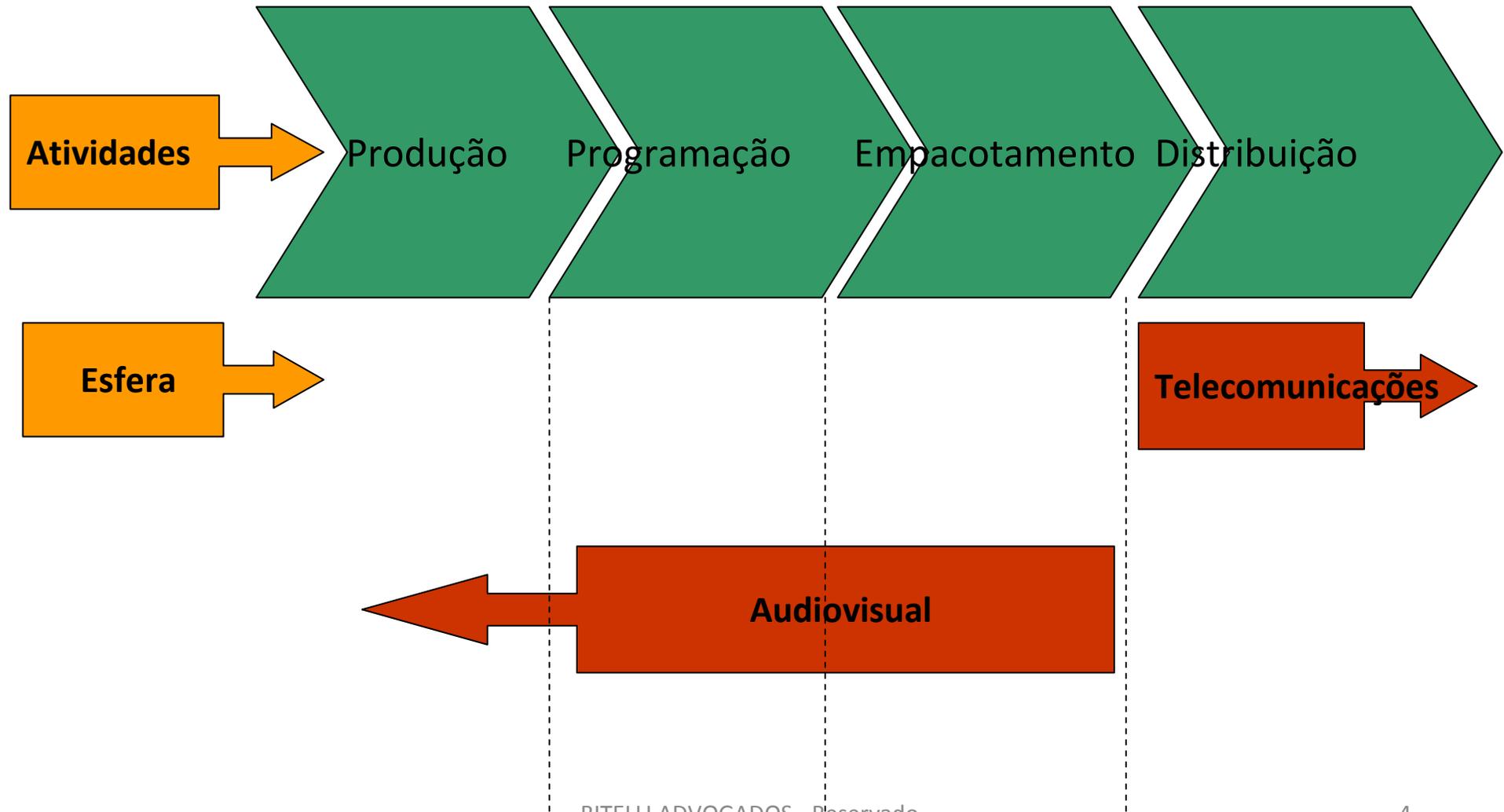
Marcos.bitelli@bitelli.com.br



Regime de Outorgas



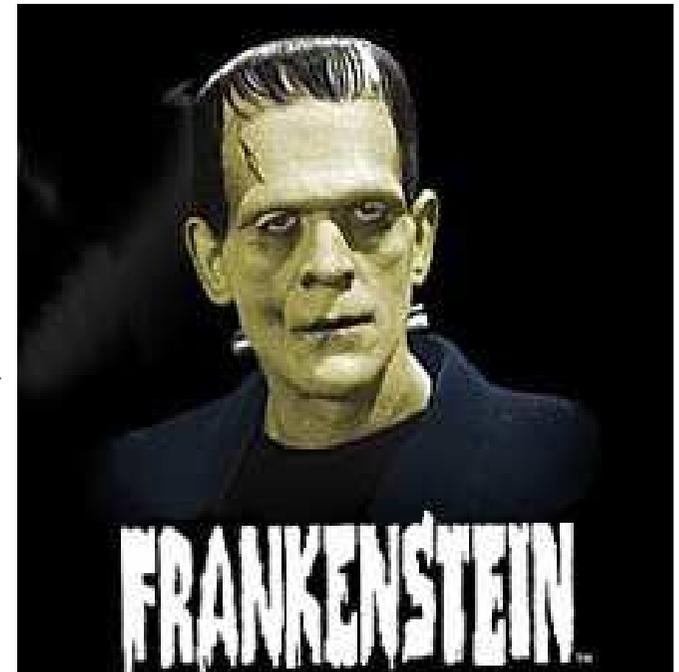
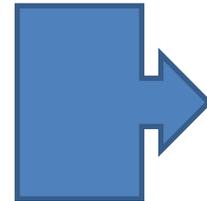
Desmembramento regulatório das atividades: Lei 12.485



A nova Lei 12.485/2011



Elaboração da Lei



Texto final

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Scope: Regulate PayTV distribution and programming

Escopo: Regular a distribuição de TV por Assinatura

Main changes:

1. *PayTV* services is now called Serviço de Acesso Condicionado (Conditioned Access Services);
2. Elimination of regulatory asymmetries among existent different technologies (DTH, MMDS and Cable) – all types have now same obligations and burdens;
3. Authorization to incumbents (fixed telecom companies) to explore SAC services (previous original prevention is now eliminated);
4. Changing of type of Governmental permission from complex Concession system (subject to public bids) to simple Authorization (paying a small permission fee);
5. Elimination of foreign capital venture restriction to explore SAC Cable technology services (original limit was 51/49%);

Principais alterações:

1. *Tv por Assinatura* é agora chamada de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC);
2. Eliminação de assimetrias regulatórias então existentes entre as diferentes tecnologias de DTH, MMDS e cabo) – todos os tipos agora tem os mesmos encargos.
3. Autorização para Telco's explorar SeAC (proibição original é eliminada);
4. Alteração do tipo legal de outorga de concessão para simples autorização e pagamento de pequena taxa;
5. Eliminação de restrição ao capital estrangeiro para as distribuidoras de SeAC por tecnologia de cabo (limite original era de 51/49%);

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Additional changes for distribution:

1. Telecom companies are now prevent to have more than 30% of capital venture participation in Broadcast companies (free TV);
2. Broadcast companies are now prevent to have more than 50% of capital venture participation in Telecom companies (not limited to fixed incumbents but also other services);
3. Telecom companies are prevent to control local based producers or programmers to local market (only to provide content abroad is allowed);
4. Telecom companies are prevent : (i) acquire or finance rights related to Brazilian national interest events; (ii) hire talents or Brazilian authors in order to produce audiovisual works;

Alterações adicionais para distribuição:

1. Telco's agora estão proibidas de ter mais de 30% de participação no capital social das empresas de radiodifusão;
2. Radiodifusores estão proibidos de deter mais que 50% do capital social de Telco's;
3. Telcos estão proibidas de controlar produtoras e programadoras de conteúdo no mercado local;
4. Telcos estão proibidas de:
 - (i) adquirir ou financiar direitos relativos a eventos de interesse brasileiro; (ii) contratar talentos ou autores brasileiros para a produção de obras audiovisuais brasileiras;

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Changes for programming:

1. Programmers should obtain previous authorization from Ancine (local Audiovisual Agency);
2. Management, editorial responsibility and direction of programming activities are limited to Brazilian citizens.
3. All programs can only be aired if in compliance with rating rules to protect children and infants;
4. SAC is now an activity under Ancine regulation powers (not only Anatel);
5. “In channel cotas” : Qualified Channels specified in the law shall insert compulsorily at least 3:30 hours of local Brazilian (50% independent production);
6. “SAC package cotas” : each SAC distributor (PayTV operator as GVT) shall distribute 1/3 of local capital venture program channel until the limit of 12, among Qualified Channels (cota applicable over relevant paid content, disregarding must carry of public channels, local broadcasters, religious channel, erotic content, informercials, etc.). *[At least 2 of these 1/3 cota programmers has to aired 12 hours per day of independent local production]*

Alterações para programação:

1. Necessidade de obter autorização prévia da Ancine;
2. Gestão, responsabilidade editorial e direção da programação restrita a brasileiros natos ou naturalizados;
3. Exibição de acordo com as regras de proteção à infância e adolescência (ECA + MJ);
4. SeAC e suas atividades estão sob o poder regulatório da Ancine (não mais apenas da Anatel);
5. Contas dentro do Canal: Canais de Espaço Qualificado deverão inserir 330 horas de programação brasileira (metade independente);
6. Contas no Pacote: cada distribuidor deverá nos pacotes ofertados inserir 1/3 de canais de empresas de capital nacional, até o limite de 12. (e pelo menos os primeiros dois terão cota de 12 horas diárias de produção independente brasileira);

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Changes for programming:

7. Each package offered to subscriber have to include 2 offers of journalistic content;
8. “Pay-per-view” Cota: 10% of ppv content should be Brazilian production;
9. Advertising air time is limited to 25%
10. Foreign advertising sales shall be mediated local advertising agencies;

Fostering local production:

1. Taxation over foreign advertising embedded in international program services;
2. Yearly Taxation over telecom activities
(replacing part of current TFF and TFI taxation by a Contribution to incentive local production » enhancing Setorial Audiovisual Fund under supervision and administration of Ancine).

7. Cada pacote que tiver um canal jornalístico brasileiro deverá oferecer um outro adicional.
8. Pay-per-view: Cota de 10% dos conteúdos ofertados deve ser brasileiro;
9. Tempo de publicidade limitado a 25% do air time;
10. Publicidade internacional deve ser intermediada por agência nacional (?);

Fomento a produção local:

1. Tributação de publicidade internacional embarcada nos canais internacionais;
2. Tributação anual sobre atividades de Telco's (substituindo parte dos encargos da TFF e TFI pela Condecine para incentivar produção local)

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Distribution obligations and burdens:

1. *Must carry:*

- (a) Analogical free TV;
- (b) Houses of Congress Tv; Supreme Court TV; Federal Government Tvs; Community Tv; Local citizenship Tv; States and Municipal Congress Tvs; Universities Tvs; etc.

2. *Must to May Carry Digital Free TV:*

Free Tv Broadcasters needs to authorize and may charge to license its digital signals. (may carry)

Free Tv Broadcasters may demand to Distributors do carry on its signal if no agreement is reached (must carry);

3. *Subscriber's consumer rights:*

- (a) Current consumer rights are reinforced;
- (b) Subscribers have non discriminatory treatment rights;

Encargos sobre distribuidoras:

1. Must Carry:

- (a) TV analógica local;
- (b) Canais estatais e públicos conforme a lista;

2 . **Alteração da regra de must carry para a TV Digital terrestre.**

Radiodifusores tem que autorizar a licença dos sinais para distribuidores (may carry);

Distribuidores tem que carregar sinais dos radiofusores se assim eles quiserem (must carry)

3. **Direitos dos assinantes:**

- (a) Direitos atuais são reiterados;
- (b) Assinantes não podem ter tratamento discriminatório;

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Sanctions:

Infringements to the law shall be subject to sanctions and fines :

- (a) notices;
- (b) Fines;
- (c) Suspensions;
- (d) Cancellation of license;
- (e) Fines are from 2.000,00 to 5 million reais per infringement;
- (*) penalties limited to programmers and bundlers;
- (**) distributors sanctions are ruled by Anatel;

Sanções:

Infrações à lei serão sujeitas a sanções e multas:

- (a) notificação;
- (b) Multa;
- (c) Suspensão da atividade;
- (d) Cancelamento da licença;
- (e) Multas variam de 2.000 a 5 milhões de reais por infração;
- Multas para programadoras e empacotadoras;
- Sanções das distribuidoras reguladas pela Anatel.

Brazil | Law 12485/2011 | New PayTV law

Law Migration :

1. Current PayTV distributor shall have to adapt its concessions or permission to the new rule;
2. Incumbents can request to Anatel to amend current agreements to cancel the limitation to operate Cable TV services;

Migração:

1. Operadoras devem adaptar suas outorgas ao novo tipo de permissão e regras;
2. Telco's fixas devem requerer à Anatel o aditamento de seus contratos para cancelamento das limitações originária da lei do Cabo.